



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª
(DÉCIMA SÉTIMA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
30 DE JUNHO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão destinada a deliberar em segundo turno sobre os projetos que já tramitaram em primeiro turno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Esta Presidência comunica ao Plenário que, como foi feito um acordo com os Líderes para transferir as emendas do primeiro para serem apreciadas em segundo turno, ficam convalidadas todas as emendas sem termos o número mínimo de assinaturas – são 4 assinaturas –, considerando que os Líderes acordaram da transposição de todas as emendas do primeiro para o segundo turno.

Não havendo objeção do Plenário, não haverá a necessidade da coleta de novas assinaturas.

(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as 15 emendas aqui apresentadas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

A Emenda Aditiva nº 1 foi acatada; a Emenda Supressiva nº 2 foi acatada; a Emenda nº 3 de redação foi acatada; a Emenda Aditiva nº 4 de Plenário foi acatada; a Emenda Aditiva nº 5 de Plenário foi acatada; a Emenda Modificativa nº 6 foi acatada; a Emenda Aditiva nº 7, da autoria de vários Deputados, foi acatada; a Emenda Aditiva nº 8 foi acatada; a Emenda Supressiva nº 9, da bancada do Partido dos Trabalhadores, foi acatada; a Emenda Supressiva nº 10, da bancada do Partido dos Trabalhadores, foi acatada; a Emenda Supressiva nº 11, da bancada do Partido dos Trabalhadores foi acatada; a Emenda Modificativa nº 12 foi acatada; a Emenda Aditiva nº 13, de segundo turno, foi acatada; a Emenda nº 14 foi acatada; a Emenda nº 15, de autoria do Deputado Raad Massouh, foi acatada.

Portanto, Sr. Presidente, as Emendas nºs 1 a 15 foram todas acatadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF foi aprovado com a presença de 22 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Vamos acatá-las, seguindo o parecer da CEOF. Portanto, somos pela admissibilidade de todas as emendas.

É o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, olhando as emendas, gostaríamos de destacar algumas delas sem prejuízo da apreciação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sugiro aos Srs. Deputados que anulemos a votação do parecer da CEOF e conceder vista da matéria à Deputada Erika Kokay, para que possa analisar as emendas. Logo após, solicitarei ao Deputado Cristiano Araújo que emita um novo parecer.

Pergunto aos Srs. Deputados se estão de acordo com a proposta apresentada. (Pausa.)

Está anulada a votação do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo vista à Deputada Erika Kokay por 10 minutos, para que possa analisar as emendas.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 69, de 2009, de autoria da Mesa Diretora, que “revoga dispositivo da Resolução nº 229, de 2007, e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Resolução nº 69, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 22 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 69, de 2009, de autoria da Mesa Diretora, que “revoga dispositivo da Resolução nº 229, de 2007, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Informamos que foram apresentadas emendas. Usando o mesmo critério, essas proposições foram transpostas do primeiro para o segundo turno. Portanto, fica dispensado o complemento de assinaturas das referidas emendas. São 4 emendas de Plenário e duas subemendas.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apreciação em segundo turno das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5

Trata-se de alteração da LDO para a inclusão de recursos necessários ao suporte financeiro para pagamento dos cargos que criamos hoje no setor educação. Por isso, a alteração da LDO de 2009.

Foram apresentadas 4 emendas. Como Relatora, aceito a Emenda nº 1, na forma da subemenda que, conforme acordado com o Partido dos Trabalhadores, estabelece a colocação dos dados no portal a partir de 2010. O mesmo caso aplica-se à Emenda nº 2, transformada em subemenda. Uma subemenda à Emenda nº 2, também com essa redação, somente alterando para a partir de 2010. A Emenda nº 3 foi rejeitada e é igual à Emenda nº 4. Portanto, ficou prejudicada. A Emenda nº 3 dizia: "Suprima-se o art. 1º do Projeto de Lei em epígrafe". Ora, o projeto de lei que veio só tem um artigo. Se supirmos este artigo, estaremos aprovando somente as emendas do Partido dos Trabalhadores. Quer dizer, o Governo envia para cá um projeto de lei para que se aprovem somente as emendas, não o projeto. Trata-se de um caso peculiar.

Portanto, foi rejeitada a emenda e mantido o artigo porque é um projeto de lei que contém apenas um artigo.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da CEOF.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, requeiro destaque das Emendas nºs 3 e 4.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o requerimento de V.Exa. Logo após a votação dos pareceres das comissões, passaremos à apreciação das emendas em segundo turno, sem prejuízo da parte destacada.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas, sem prejuízo da parte destacada.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais, sem prejuízo da parte destacada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, apreciação em segundo turno das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Nosso parecer, como o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, é pela admissibilidade das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais às emendas. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Em discussão as emendas ao projeto em segundo turno, sem prejuízo da parte destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as emendas ao projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas estão aprovadas com a presença de 22 Deputados.

Passa-se à discussão, em separado, das Emendas nºs 3 e 4 apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – No projeto em questão, o Governo retira do cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal as despesas com horas extras e a despesa com o pessoal das empresas estatais dependentes, das que não têm receita própria. Isso é absolutamente ilegal!

A Lei de Responsabilidade Fiscal é extremamente clara. Em um dos seus artigos, ela diz: à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estão compreendidos as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. O Governo, portanto, cria um mecanismo para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7

burlar – parece-me – a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi absolutamente desnecessário.

No último relatório de gestão fiscal do Distrito Federal, emitido em maio, o percentual do DF da Lei de Responsabilidade Fiscal com despesas de pessoal está em 41,42%, e temos um limite máximo de 49% da receita corrente líquida, com despesas de pessoal. Se os concursos que estão previstos, com os 6.642 cargos, forem realizados e os servidores nomeados, e se ainda os cargos de livre provimento forem absolutamente preenchidos, isso daria um gasto adicional de 460 milhões, que elevaria o limite do Poder Executivo para 46,44%. Portanto, ainda longe do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse projeto é absolutamente inconstitucional nesses dois aspectos, porque, nitidamente, sem nenhuma sombra de dúvidas, fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como o Governo tem alardeado que tem uma responsabilidade fiscal, não deveria buscar flexibilizar o que, nitidamente, não pode ser flexibilizado. O Governo não pode criar a sua própria lei de responsabilidade fiscal. E eu repito que o limite está em 41,42%, quando o limite máximo da LRF seria de 49%. Ainda que façamos todas as contratações e preenchamos todos os cargos, continuaremos longe de atingir o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não podemos votar favoravelmente a um processo ilegal. Por isso, fizemos as emendas.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em respeito aos demais Parlamentares, consulto esta Presidência se, para se discutir cada projeto, existe um tempo limite.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Existe, sim, Deputado Geraldo Naves. São 3 minutos, e o tempo aqui está sendo rigorosamente computado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – É regimental isso, Sr. Presidente? Não há como diminuir? Porque a maldade vai continuar em todos os projetos. Infelizmente, a maldade com todos os Deputados vai continuar, e não há bom senso. É maldade o que está sendo feito nesta Casa, hoje. Maldade. Porque tempo para avaliação, já houve.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Lembro que, de acordo com o Regimento Interno da Casa, só discute o autor da emenda.

Continua em discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar que sou um radical defensor da Lei de Responsabilidade Fiscal. Penso que ela deve ser rigorosa mesmo, e sou contra a retirada, para o cálculo dessa lei, das empresas estatais e também das horas extras. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem que ser rigorosa mesmo, pois ela existe para defender o contribuinte. Ela preserva o interesse público, o interesse do contribuinte. Essa é a minha posição.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o destaque permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está rejeitado o destaque às Emendas nºs 3 e 4. Fica mantido o parecer original da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Dezesete Deputados se manifestaram contrariamente ao destaque. Os Deputados Chico Leite, Reguffe, Paulo Tadeu, Cabo Patrício e Erika Kokay votaram a favor.

Fica, então, mantido o parecer original da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9

O projeto vai à sanção.

Solicito à Taquigrafia que faça uma correção. O Deputado Wilson Lima fez uma questão de ordem, solicitando a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final antes da votação do projeto em segundo turno. Nós havíamos votado os destaques, mas não havíamos votado o referido projeto em segundo turno.

Portanto, coloco o Projeto de Lei nº 1.265 em discussão e votação, em segundo turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 30/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30.6.2009

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____

CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 1265/09

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

RECURSO Nº (S) _____

REQUERIMENTO Nº (S) _____

OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18	05		01	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP.

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 1 ausência.

Está aprovado o Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, em segundo turno.

Lembro que o processo de votação se refere ao Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, que altera a LDO. Como houve dúvidas, fizemos votação nominal, embora o projeto permita que a votação seja simbólica.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.265, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 44 da Lei nº 4.179, de 17 de julho de 2008, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício 2009, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº145 - Suplemento, de 14/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 17ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item nº 4:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12

quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.256, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a criação, no quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, dos cargos que especifica e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 5:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

Há uma emenda de Plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Dr. Charles, que emita parecer à emenda pela Comissão de Educação e Saúde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde à Emenda Modificativa de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer à emenda pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

Lembro aos nobres Colegas que com a aprovação deste projeto se viabiliza a execução do Projeto Bolsa Universitária no segundo semestre.

Acatamos a Emenda de Plenário nº 1, uma Emenda Modificativa do Partido dos Trabalhadores que veio para consertar um lapso no projeto, que era o problema de pagamento de semestralidade versus anuidade. Chegaram a uma média, porque nem todos os alunos se matriculam em todas as disciplinas no semestre. Quase todas as faculdades usam sistema semestral e matrícula por disciplina. A emenda veio colaborar para o aperfeiçoamento do projeto.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela aprovação do projeto, acatando a Emenda Modificativa de Plenário nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer à emenda pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, da bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 30/6/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30/6/2009

PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO

EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____

CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 120/09

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

RECURSO Nº (S) _____

REQUERIMENTO Nº (S) _____

OUTROS _____

VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	23			1	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado, em segundo turno.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei Complementar nº 770, de 15 de julho de 2008, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 571, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Serviço de Limpeza Urbana – SLU a firmar termo de cessão de uso de bens públicos móveis com prefeituras de cidades localizadas no Estado de Goiás e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados. Houve 18 votos favoráveis e 5 votos contrários, dos seguintes Deputados: Reguffe, Paulo Tadeu, Chico Leite, Erika Kokay e Cabo Patrício. Houve 1 ausência.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 571, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Serviço de Limpeza Urbana – SLU a firmar termo de cessão de uso de bens públicos móveis com prefeituras de cidades localizadas no Estado de Goiás e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 7:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de bens seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados. Houve 18 votos favoráveis e 5 votos contrários, dos seguintes Deputados: Reguffe, Paulo Tadeu, Chico Leite, Erika Kokay e Cabo Patrício. Houve 1 ausência.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.191, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza a mudança do objeto social da CEASA/DF e a transferência de seus bens ao Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.280, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de ICMS na aquisição de ônibus e micro-ônibus novos para utilização no Transporte Público Coletivo de Passageiros, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou contra a renovação da frota de ônibus, mas não é preciso dar uma isenção de ICMS para as empresas de ônibus do Distrito Federal. Já falei aqui diversas vezes que Brasília é o único lugar, não só do Brasil, mas do mundo, onde dono de empresa de ônibus urbano fica tão rico que vira dono de empresa de aviação.

Esta Casa deu, com o meu voto contrário, no ano passado, uma isenção do ICMS às empresas de ônibus para compra de óleo diesel, produzindo uma renúncia fiscal, segundo dados da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, superior a 55 milhões de reais – um dinheiro que deveria estar na Educação, na Saúde, na Segurança Pública. Penso que este projeto vai engordar ainda mais o lucro das empresas de ônibus do Distrito Federal.

Penso, aliás, que deveriam ser cassadas as concessões dessas empresas, fazendo-se uma nova licitação, abrindo-a para mais empresas, aumentando a concorrência para melhorar a qualidade do serviço e abaixar o preço das passagens. Concessão não é propriedade. Essas empresas não estão prestando serviço a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19

contento à população do Distrito Federal e deveriam cassar a concessão dessas empresas de ônibus do Distrito Federal, nunca dar-lhes uma isenção de imposto, aumentando ainda as suas margens de lucro.

Eu não posso concordar com isso, por isso meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30/6/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1.280/09
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	/				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	/				
	BISPO RENATO	PR	/				
	BRUNELLI	DEM	/				
	CABO PATRÍCIO	PT	/				
	CHICO LEITE	PT	/				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	/				
	DOUTOR CHARLES	PTB	/				
	ÉRIKA KOKAY	PT	/				
	EURIDES BRITO	PMDB	/				
	GERALDO NAVES	DEM	/				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				/	
	MILTON BARBOSA	PSDB	/				
	PAULO TADEU	PT				X	
	PEDRO DO OVO	PMN	/				
	RAAD MASSOUH	DEM	/				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	/				
	REGUFFE	PDT		/			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	/				
	RÔNEY NEMER	PMDB	/				
	WILSON LIMA	PR	/				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	/				
	TOTAL	---	21	1		2	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	21

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício para declaração de voto.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer aos Parlamentares desta Casa, para a imprensa e para a sociedade por que a bancada do PT votou “sim”. Nós não concordamos que os empresários encham as burras de dinheiro, mas é importante que seja renovada a frota de ônibus e de micro-ônibus para atender à comunidade do Distrito Federal. Não adianta ficar aqui dizendo que não quer renovar a frota, que vota contra os empresários, e ficar defendendo, inclusive, que recursos sigam para a Educação, para a Saúde, para a Segurança, mas que depois sejam tratados como malversação, como nós vimos agora 2 milhões e 900 mil reais destinados a um veículo de comunicação da cidade e mais 400 mil reais destinados à Editora Abril.

Então, é importante que tenhamos coerência na votação e sempre atendamos à sociedade do Distrito Federal, principalmente renovando as frotas de ônibus e micro-ônibus, até porque a população pega ônibus para se deslocar das cidades até o Plano Piloto. E nós sabemos da deficiência do sistema de transporte público do Distrito Federal.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.280, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “concede isenção de ICMS na aquisição de ônibus e micro-ônibus novos para utilização no Transporte Público Coletivo de Passageiros, na forma que especifica, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	22

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero só fazer o registro, necessário à anotação do Governo, de que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem se posicionado, sempre que é necessário, para melhorar o transporte coletivo, acima dos entendimentos ideológicos, da posição que se situa a Oposição ou a Situação. O Governo não pode dizer que não teve nas mãos o instrumento para melhorar o transporte coletivo do Distrito Federal. Se não o faz é porque não quer, ou porque não consegue, ou porque serve a outros interesses. Mas tudo temos feito para ajudar o Governo nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Item nº 9:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.283, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	23



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 30/6/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30/6/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1283/09 _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT		X			
	CHICO LEITE	PT		X			
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB					
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	18	5		1	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ _____ Nº _____ / _____
		FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 5 votos contrários. Houve 1 ausência.

O projeto está aprovado.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.283, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre regime de apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Solicito ao Deputado Cristiano Araújo que designe relator para emitir parecer à emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores ou avoque relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo a Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Aditiva de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	25

comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a Emenda Aditiva de Plenário nº 1 visa incluir, onde couber, o seguinte artigo ao projeto de lei em referência:

“Aos servidores ocupantes de cargos efetivos e de empregos permanentes da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal que prestam serviços em horário noturno, em regime de escala de revezamento, fica assegurado o direito ao pagamento do adicional noturno previsto na legislação aplicável à espécie”.

Portanto, sou favorável ao acatamento da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.114.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda Aditiva de Plenário nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, a Emenda nº 1 é de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, assinada pela nossa Líder, Deputada Erika Kokay.

Portanto, nosso parecer é favorável à referida emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Solicito ao Deputado Rogério Ulysses que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	26

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Aditiva de Plenário nº 1, de segundo turno, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, nós acatamos a emenda e somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados, sendo 22 favoráveis e 1 contrário, o Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final ao Projeto de Lei nº 1.114, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria unidades e cargos comissionados na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Fazenda, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	27

Item nº 11:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.071, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, utilizando-se motocicletas ou motonetas, denominado motofrete, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 12:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.273, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	28

milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento”.

Em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 1.273, de 2009, que abre crédito de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), refere-se a um crédito que busca atender despesas com publicidade institucional da Secretaria de Fazenda, com a finalidade de realizar campanha de esclarecimento de normas e procedimentos para adesão do cidadão à Nota Legal.

Nós não temos nada contra a campanha. Entretanto, Sr. Presidente, o valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) é um valor extremamente elevado, se considerarmos que o Estado de São Paulo fez uma campanha semelhante e gastou por volta de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Se considerarmos que o Estado de São Paulo tem 40 milhões de habitantes ou mais, e se considerarmos que eles têm uma extensão extremamente superior à do Distrito Federal, e ainda se considerarmos que detemos uma verba de publicidade de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), em que não estão incluídos os Orçamentos da Câmara Legislativa, das empresas, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, do BRB, da CEB e da CAESB, nós vamos ver que este valor é extremamente alto, principalmente se considerarmos que nós temos uma Saúde extremamente caótica e uma política para criança e adolescente que precisa ser reforçada dos pontos de vista orçamentário e financeiro.

Portanto, Sr. Presidente, esse crédito de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) não conta com o nosso apoio.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados. Houve 5 votos contrários, dos Deputados Reguffe, Chico Leite, Cabo Patrício, Paulo Tadeu e da Deputada Erika Kokay.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	29

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.273, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente Orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a desafetação de áreas públicas de uso comum do povo na Quadra Central e Quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	30



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30/6/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOP CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 91108
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	/				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	/				
	BISPO RENATO	PR	/				
	BRUNELLI	DEM	/				
	CABO PATRÍCIO	PT	/				
	CHICO LEITE	PT	/				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	/				
	DOUTOR CHARLES	PTB	/				
	ÉRIKA KOKAY	PT	/				
	EURIDES BRITO	PMDB	/				
	GERALDO NAVES	DEM	/				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	/				
	PAULO TADEU	PT	/				
	PEDRO DO OVO	PMN	/				
	RAAD MASSOUH	DEM	/				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	/				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	/				
	RÔNEY NEMER	PMDB	/				
	WILSON LIMA	PR	/				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	/				
	TOTAL	---	22	1		1	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. NILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a desafetação de áreas públicas de uso comum do povo na Quadra Central e Quadra 12, na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.300, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	32

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.300, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.297, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas registrar que vou votar de forma contrária a este crédito, assim como o fiz no primeiro turno, por considerar que, em primeiro lugar, o Governo está retirando um excesso. Então, se está retirando de excesso de arrecadação, deveria fazer os contribuintes pessoas físicas contribuírem menos, ou seja, reduzir a carga tributária que, no Distrito Federal, é abusiva. Em segundo lugar, se for gastar, não com obra, que é para o que se destina esse crédito; está suplementando em obras. Se for gastar, que seja com educação, saúde e segurança pública.

Por isso, meu voto contrário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós não temos nenhum problema em votar a favor deste crédito. Entretanto, há apenas a não comprovação do excesso de arrecadação. Então, nós não temos como atestar o excesso de arrecadação. Mesmo assim, votamos favoravelmente a ele no primeiro turno. Achamos que o excesso de arrecadação, se não se comprovar, não há como se programar, mas não há nenhum tipo de comprovação.

Eu digo isso mais como uma recomendação para posteriores créditos que possam vir a esta Casa, para que tenhamos como comprovar elementos concretos, a fim de podermos aferir o excesso de arrecadação. Mas nós votaremos favoravelmente ao crédito.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1.297, de 2009. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados, sendo 22 votos favoráveis e 1 voto contrário, do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.297, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 313.000.000,00 (trezentos e treze milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	34

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.299, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada ao vigente Orçamento”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados. Houve 5 votos contrários, da Deputada Erika Kokay e dos Deputados Paulo Tadeu, Reguffe, Chico Leite e Cabo Patrício.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.299, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, no valor de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para reforço de dotação orçamentária consignada ao vigente orçamento”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parte desse recurso sai dos salários da saúde, do Fundo de Saúde, que já está abaixo do limite constitucional de 211 milhões pelas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	35

exposições que aqui foram feitas. Portanto, não há como votar favoravelmente, ainda que a destinação seja uma destinação válida, correta, legítima, mas se está retirando dinheiro do Fundo de Saúde e aumentando o fosso que nos distancia do limite constitucional.

Por isso, votamos contrários ao crédito.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. colocasse em votação, antes da apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o projeto que trata do Passe Livre, para que possamos votá-lo em segundo turno e também a sua redação final, haja vista o acordo que foi feito no início desta sessão por todos os Parlamentares desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Se não houver objeção por parte dos Líderes, por parte desta Presidência não há problema algum.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, qual o projeto que iremos apreciar agora?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O do REFAZ, que já foi votado em primeiro turno e agora será votado em segundo turno.

Item nº 1

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	36

Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

Informamos que as Emendas de nºs 1 a 8 foram acatadas; as Emendas de nºs 9 a 12 foram rejeitadas; a Emenda nº 13 foi acatada; a Emenda nº 14 foi rejeitada; e a Emenda nº 15 foi acatada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de destacar as Emendas nºs 1, 4, 6 e 8.

Faço uma ressalva na Emenda nº 7, porque ela me parece que foi complementada com caneta, se não me falha a memória, para que não haja erro depois. Destaco também as Emendas nºs 9, 10, 11 e 12.

Vou repetir, Sr. Presidente: destaque das Emendas nºs 1, 4, 6, 9, 10, 11, 12 e 15, que foi acatada, se não me engano, e a 14, que foi rejeitada.

Eu gostaria só que fosse lida a ementa da Emenda nº 14.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ementa da Emenda nº 14.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Emenda Aditiva nº 14: “Insira-se o seguinte artigo onde couber: Art. (...) Fica concedida remissão dos débitos decorrentes da cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas, relativamente aos exercícios anteriores à data de publicação desta Lei, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, devidos pelos quiosques, *trailers* e similares instalados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.”

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Então, Sr. Presidente, também destacamos a Emenda nº 14.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Então, só relembrando, estão sendo destacadas as Emendas nºs 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 15.

Lembro que, sem prejuízo dos destaques, colocaremos o projeto em processo de votação em segundo turno e, em seguida, as emendas destacadas.

Em discussão o projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	37

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de registrar que votarei contra o projeto em segundo turno, da mesma forma como fiz no primeiro turno, por considerar que o projeto premia o inadimplente. Penso que o Governo deveria, antes de pensar em premiar o inadimplente, premiar o adimplente, aquele que, mesmo com essa carga tributária abusiva, ainda assim honra seus compromissos com o Estado.

Reconheço que o projeto ajuda a arrecadação. Agora, o Governo, antes de pensar em premiar aquele que não honrou e não pagou os seus impostos, antes de pensar em premiar o inadimplente, deveria premiar aquele que, mesmo com essa carga tributária abusiva, ainda assim honrou seus compromissos com o Estado.

Por isso, o meu voto contra esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Das emendas destacadas pela Deputada Erika Kokay, as Emendas n.ºs 1, 4, 6 e 15 foram acatadas pelo Relator, e as Emendas n.ºs 9, 10, 11, 12 e 14 não foram acatadas pelo Relator. Portanto, se a Deputada solicitou destaque dessas emendas, certamente S.Exa. é contra o posicionamento da CEOF em relação às referidas emendas. Nós poderíamos segmentá-las em dois blocos e fazer duas votações: o bloco das emendas acatadas e o bloco das emendas não acatadas.

Os Deputados estão de acordo? Pode ser, Deputada Erika Kokay? (Pausa.)

Então, primeiro votaremos o bloco das Emendas n.ºs 1, 4, 6 e 15, que foram acatadas pelo Relator e de que a Deputada fez destaque.

Em discussão as Emendas n.ºs 1, 4, 6 e 15.

Concedo a palavra a Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro eu acho muito ruim o método que está sendo discutido, porque num primeiro parecer, o Relator tinha acatado todas as emendas. Como nós solicitamos para olhar as emendas, porque não as conhecíamos – acho ruim que não possamos conhecer as emendas –, em retaliação, o Relator decidiu negar ou dar parecer contrário às emendas só do Partido dos Trabalhadores. As únicas emendas às quais o Relator está oferecendo seu voto contrário são as emendas do Partido dos Trabalhadores, que tinham sido aceitas no início.

Eu até gostaria que fosse revista esta posição, porque não se tem que discutir a emenda ou o parecer em função da origem ou do partido ou de quem estabelece a emenda, de quem é o autor ou autora da emenda, mas a partir do seu mérito. Se nós tivéssemos discutido todas as emendas, mas não discutimos, não conhecíamos as emendas, apenas solicitamos vista para conhecê-las. Nós temos como hábito não nos posicionarmos sobre qualquer matéria que não conheçamos,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	38

até porque nós realmente não sabíamos quais eram as emendas que estavam sendo anexadas ao projeto, já que foram todas repassadas para o segundo turno.

Então, eu acho que o método não é o melhor. Nós deveríamos analisar o mérito da própria emenda. É tanto que emendas que não conhecíamos, achamos que não tem nenhum problema em elas serem acatadas. Mas nós somos contrários às emendas. De uma delas, nós não temos clareza, e a redação está extremamente nebulosa. A intenção pode até ser boa, mas nós não sabemos realmente do que se trata, porque a emenda está com redação confusa.

A Emenda nº 4 possibilita que seja flexibilizada, que as empresas de material de construção que utilizarem indevidamente outros locais para depositar o seu material – alguns deles talvez até sem nota fiscal, nós não sabemos –, essas empresas estão sendo beneficiadas. Achamos que não há porque ter essa liberalidade desta forma.

A Emenda nº 6 diz respeito a imóveis localizados no Gama, que não sabemos quais são. A Emenda nº 15 diz que, independentemente de haver um sócio inadimplente, que não esteja em dia com as suas contribuições, se o outro estiver, podem-se separar os sócios de uma mesma empresa.

Por isso, achamos que não podemos acatar essas emendas e as destacamos especificamente. Eu gostaria, Sr. Presidente, apenas de fazer um apelo para que repensássemos a metodologia, que não me parece a adequada e é um precedente muito perigoso nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continuam em discussão as Emendas nºs 1, 4, 6 e 15. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem com o parecer original em relação às Emendas nºs 1, 4, 6 e 15 permaneçam como estão; os que votarem com o posicionamento da Deputada Erika Kokay queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças está mantido no que diz respeito às Emendas nºs 1, 4, 6 e 15, com 17 votos favoráveis. Houve 5 votos contrários e 1 ausência.

Em discussão as Emendas nºs 9, 10, 11, 12, 14.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quanto às emendas do Partido dos Trabalhadores que tinham sido acatadas, considerando a seriedade do Relator, parece-me que S.Exa. analisou, no mérito, essas emendas, decidiu acatá-las, mas depois rejeitou-as pelo simples fato de o Partido dos Trabalhadores ter solicitado vista do processo para conhecer as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	39

emendas. O Partido dos Trabalhadores não votaria sem conhecer, sem saber qual era a matéria que estava em discussão.

Todas as emendas buscam corrigir algumas distorções que estão colocadas. Uma delas é relativa aos quiosques e *trailers*, sobre a qual não tinha nenhuma dificuldade e nunca houve, porque esta Casa votou favoravelmente à regularização dos *trailers* e quiosques. Agora, num processo de retaliação, sem analisar o mérito, eu gostaria inclusive que, pelo menos a Emenda nº 14 pudesse ser reavaliada.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que fizéssemos uma discussão apartada da Emenda nº 14, porque esta Casa nunca teve nenhuma dúvida, o Deputado Raimundo Ribeiro sabe disso, de aprovar a regularização dos quiosques e *trailers* e, no exato momento em que se dá a eles as mesmas condições dos microempresários, simplesmente porque o Partido dos Trabalhadores solicitou vista das emendas que não conhecia – se as conhecesse não teria, obviamente, pedido vista, mas não poderíamos votar em algo que não conhecíamos –, as emendas que haviam sido acatadas passaram a não ser acatadas, só a do Partido dos Trabalhadores.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que pudéssemos, pelo menos, destacar a Emenda nº 14, para guardar a coerência desta Casa. Na medida em que esta Casa se empenhou para que pudéssemos regularizar quiosques e *trailers*, que ela também se empenhe em considerá-los como microempresários e dar a eles as mesmas condições do próprio REFAZ.

Não somos contrários ao REFAZ, que não é premiar inadimplente, porque as empresas beneficiárias pagarão o principal da dívida, mas apenas possibilita condições de renegociação. Portanto, Sr. Presidente, concluo com a solicitação de que possamos fazer uma votação em separado da Emenda nº 14, que diz respeito a quiosques e *trailers*.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente, Deputada Erika Kokay. Esta Presidência acata a sua solicitação, embora V.Exa. esteja no procedimento regimental errado, porque estamos na discussão. No momento certo, vou fazer o destaque do destaque e submetê-lo à apreciação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Está ótimo. Então, Sr. Presidente, acatando a nossa solicitação, acho que se faz, parcialmente, justiça. Vamos à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Apreciaremos o destaque do destaque, que é a Emenda nº 14.

Vou submeter, agora, ao processo de votação o destaque: Emendas nºs 9, 10, 11 e 12.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	40

Os Deputados que estiverem de acordo com o encaminhamento da Deputada Erika Kokay queiram manifestar-se; os que forem contrários permaneçam como estão. (Pausa.)

Então, com 4 votos favoráveis ao destaque da Deputada Erika Kokay e 19 votos, inclusive o do Deputado Reguffe, favoráveis ao Relator, o destaque foi prejudicado e, portanto, fica mantida a proposta do Relator original.

Em discussão o destaque: Emenda nº 14.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apenas para esclarecer a minha posição. Fui contrário ao projeto no seu primeiro turno, aliás, fui o único, e estou contrário ao mérito do projeto também no segundo turno. Por isso, vou votar contrariamente a todas as emendas, até porque, na minha opinião, a regra vale para todos.

Penso que, antes de o Governo premiar o inadimplente, como o faz neste projeto, ele deveria premiar o adimplente, aquele que, mesmo com uma carga tributária abusiva, honrou seus compromissos com o Estado. Então, por isso, estou votando contrário ao projeto e, por coerência, vou votar contra todas as emendas, independentemente de quais sejam, por ser contra essas remissões, já que considero que o Governo deveria premiar, sim, aquele que, mesmo com a carga tributária abusiva, honrou seus compromissos com o Estado.

(Pausa.)

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Emenda nº 5, que já foi acatada, e a Emenda nº 14 são muito semelhantes. Em vez de apreciarmos as duas separadamente, sugiro a V.Exa. que possamos aglutinar a Emenda nº 5 e a Emenda nº 14. É a minha solicitação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Considerando que as emendas em questão são equivalentes, que seja feita a aglutinação das Emendas nºs 14 e 5.

Solicito que o Deputado Cristiano Araújo proceda à convalidação da aglutinação da Emenda nº 5 com a Emenda nº 14.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, conforme dito por V.Exa., aglutinamos a Emenda nº 14 e a Emenda nº 5.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	41

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está ratificado o voto da CEOF, mantendo seu parecer original, apenas aglutinando as Emendas nºs 5 e 14 e acatando-as.

Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rogério Ulysses, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, acatamos os termos apresentados pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	42

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	43



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 30/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 30/06/2009

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO COM EMENDA(S) ANEXO
 EMENDAS AP. NºS _____ EMENDAS REJ. NºS _____
 CCJ CEOF CAS CDDHCEDP CAF CDC CES CSEG CDESCTMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 129/09
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO FAVORÁVEL CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT		X			
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	22	01		01	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ _____ Nº _____ / _____

FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis, 1 voto contrário. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 129, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “reabre os prazos para adesão ao terceiro Programa de Recuperação de Créditos Tributários e não Tributários do Distrito Federal – REFAZ III de que trata a Lei Complementar nº 781, de 1º de outubro de 2008, e dá outras providências.”

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este é o projeto que trata do Passe Livre?

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sim, Deputado Geraldo Naves, é o segundo turno do Passe Livre, cuja votação foi anulada na sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	45

DEPUTADO GERALDO NAVES – Nós, do partido dos Democratas, temos dificuldade em votar este projeto hoje, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência propõe que sejam ouvidos os demais Deputados.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo Bloco Independente, conversando com o Deputado Batista das Cooperativas e demais membros, também estamos com dificuldade em apreciarmos, em segundo turno, o projeto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente para ratificar o que o nosso Líder falou, eu queria pedir a deferência da Mesa no sentido de deixarmos este projeto para ser apreciado no primeiro momento do próximo semestre. Ficou muito confusa a questão de a emenda apresentada pela Deputada Erika Kokay não ter sido inserida e termos que cancelar a votação em segundo turno. Também não estou preparado para votar esse projeto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do Bloco Social Trabalhista, achamos melhor avaliar este projeto com mais calma, pois existem algumas coisas que ainda não estão claras. Portanto, o Bloco Social Trabalhista não está à vontade para votá-lo.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PDT, apesar de eu ser o único Deputado do Partido, em minha opinião, pode-se votar, sim. Já tenho minha posição formada e estou preparado para dizer sim ou não de acordo com minha consciência. Não vejo nenhum problema em votarmos hoje, até porque já sei como votar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	46

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Antes de conceder a palavra a V.Exa., sugiro, se os Srs. Deputados estiverem de acordo, suspendermos a sessão por 5 minutos, para que os Líderes possam discutir, até porque o Deputado Paulo Tadeu tem uma bandeira com relação à questão do passe livre, para que outros Deputados possam analisar as emendas e discutir o projeto para ver se há ainda possibilidade de votação no dia de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, evidentemente, sem querer tirar a paternidade, todos os estudantes do Distrito Federal aguardam a votação desse projeto. Na ocasião, abri mão de um projeto de minha autoria para fazer aglutinação, assim como o fez o Deputado Chico Floresta, já que ele tinha um problema de vício de iniciativa. E o Governo assumiu o projeto com sensibilidade e o enviou para cá.

Todas as emendas foram obras de entendimento, de maneira que não consigo compreender, se são obras de entendimento, como se quebra um entendimento assim e não se pode votar um projeto de tão elevada monta como este. Eu diria a V.Exa. que esse projeto é de todos nós, embora de iniciativa do Governo, por uma questão própria de legitimação dada pela Lei Orgânica, ou seja, é um projeto de todos nós e de toda a população do Distrito Federal.

No momento da anulação da redação final de segundo turno, já se acordou, inclusive todo o Colégio de Líderes, para que se votasse o projeto. Os estudantes do Distrito Federal, toda a sociedade do Distrito Federal está aguardando esta Casa Legislativa. O Executivo fez o seu papel. E nós, da Câmara Legislativa, vamos dizer o que aos estudantes, Sr. Presidente?

Então, quero apelar à sensibilidade dos nossos Líderes, que são sensíveis, independentemente do partidos ou do bloco – sei, Sr. Presidente, que V.Exa. está sensibilizado com o problema –, para que possamos votar nesta noite este projeto, que é de todos os estudantes do Distrito Federal, de toda a sociedade do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Temos 3 Deputados querendo fazer uso da palavra. Permitam-me fazer o encaminhamento: primeiro falará o Deputado Milton Barbosa, em seguida a Deputada Eurides Brito e o Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	47

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todas as vênias ao meu Líder, que disse haver me consultado sobre o adiamento, e eu não entendi, ousou dissentir não só de S.Exa. como dos outros que discordaram em votar hoje. Não há razão nenhuma para não se votar este projeto hoje.

Se alguém tiver algum óbice em votar, que o apresente hoje aqui. Ou então vota-se novamente, porque é um dos projetos mais importantes que deveríamos ter votado ainda hoje. Não sei o que há por trás disso. Digam-me ou provem-me o contrário, que eu reformo a minha posição. Não vejo por que não votar.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tive a oportunidade de conduzir, como Líder de Governo, as discussões da votação do projeto do passe livre, e sobre este assunto eu gostaria de contar com a compreensão dos colegas. Tive a oportunidade de conduzir, como Líder de Governo, Deputado Paulo Tadeu, a discussão desse projeto para a votação no primeiro turno. Para mim, hoje, foi uma surpresa descobrir que este tema, que é o alvo da emenda aqui apresentada, não tinha sido votado. E até agora não entendi, porque essa foi uma das emendas acatadas plenamente, fez parte das emendas acordadas. Eu estava mantendo contato direto com o Governador, que estava dando orientações sobre aquelas que podiam ser admitidas ou não. Quase todas foram consultadas e essa estava entre aquelas emendas acordadas.

Para mim foi uma surpresa hoje saber que, na redação final, ela não foi incluída e não veio ao plenário. Naquele tumulto de entra emenda, sai emenda, ela deve não ter vindo para cá, mas o tema foi realmente acordado. Realmente é uma surpresa. Em outras palavras, eu queria dizer o seguinte: não estou entendendo nada, porque se está repondo uma questão que havia sido votada, havia acordo e para mim foi uma surpresa não ter entrado no projeto aqui em plenário. Descobri isso agora, na noite de hoje.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero dizer ao conjunto dos 23 Parlamentares presentes – já que só temos a ausência da Deputada Jaqueline Roriz – que, na verdade, com todo o respeito aos Líderes de qualquer bloco ou partido, mesmo ao Deputado Reguffe, só de um partido, a consulta foi feita ao Plenário, ao Plenário, independentemente das 2 emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	48

Houve um erro de redação e o Plenário foi consultado – o conjunto de todos os Deputados – para decidirmos sobre o cancelamento da votação da redação final e do segundo turno, a fim de que esse projeto fosse colocado em votação ainda hoje, inclusive com as emendas que corrigem a redação final. As 2 emendas foram acordadas tanto com a Oposição quanto com a base do Governo, com o conjunto dos 24 Parlamentares.

É importante entendermos que esta galeria, o auditório e a parte externa da Câmara Legislativa do Distrito Federal ficaram lotados de estudantes, com todas as entidades presentes reivindicando a votação desta matéria. Trata-se de um projeto de importância não só para a Câmara Legislativa, mas para os estudantes e para a sociedade do Distrito Federal. Nós, inclusive, falamos em nossos discursos que era o início da transformação do transporte do Distrito Federal em público. Começaríamos a transformá-lo em público.

Então, quero solicitar aos 24 Parlamentares que coloquemos em votação o segundo turno do projeto. Isso é importantíssimo. A sociedade e os estudantes não entenderão. Nós temos, ainda hoje, após a votação da LDO, o recesso de um mês, e não sabemos como vão se comportar os estudantes, que são os grandes beneficiários da aprovação desse projeto.

É importante que se consulte não só os Líderes, mas todo o Plenário, porque foi o Plenário, soberano, que decidiu pela anulação da votação da redação final e do segundo turno do projeto do Passe Livre.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no período de recesso, os estudantes também estarão de férias.

Pelo Democratas, eu tenho dificuldades e gostaria de discutir mais. Solicito que votemos o próximo item da pauta. Depois retornaremos a esse projeto. Eu quero deixar bem claro que esta é a posição do Democratas. Posso falar apenas pelo meu partido.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu, na linha que foi defendida pelo Deputado Milton Barbosa, pelos argumentos apresentados pelo Deputado Chico Leite e pela Deputada Eurides Brito, faço um apelo para que realmente possamos votar.

Eu confesso a V.Exa. que não estou preocupado com o fato de que os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	49

possíveis beneficiários possam reagir assim ou assado. Já que nós fizemos um acordo, houve um entendimento e nada obsta a que votemos. Vamos aproveitar esse momento para colocar esta matéria em votação. Estamos aqui, já são quase uma hora da manhã, já votamos diversos projetos interessantíssimos e importantes para a cidade, e esse também é muito importante.

Então, faço um apelo a V.Exa. no sentido de que possamos votar esse projeto também.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha, até por sugestão de V.Exa., propomos que se suspenda a sessão para que possamos conversar e chegar a uma solução.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o pedido de V.Exa. A Presidência vai suspender os trabalhos para discutir a questão.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 00h34min, a sessão é reaberta às 2h.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está reaberta a sessão. A Presidência informa que, devido à dificuldade de voz, passarei a Presidência ao Deputado Wilson Lima.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Raimundo Ribeiro a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se definem os detalhes da votação, solicito a apreciação da Moção nº 400, de 2009, pois vou entregá-la na ARUC dia 11.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está acatada a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	50

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 400, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “parabeniza os pioneiros de Brasília, relacionados abaixo, chamados de fundadores da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro – ARUC, pelos relevantes serviços sociais, esportivos e culturais prestados à sociedade brasileira, ao longo destes quarenta e sete anos de existência da Instituição”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovada com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho que entregar uma moção na sexta-feira e gostaria de incluí-la junto com a moção do Deputado Rogério Ulysses.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Onde está a moção de V.Exa.? Entregue-me, por favor.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Conforme acordo de todos os Parlamentares desta Casa, foram apresentadas apenas 2 emendas aditivas de segundo turno, que visam corrigir uma falha de caráter técnico. A Emenda Aditiva nº 1, que foi acordada entre o Governador, a bancada de Oposição e a bancada Governista, diz: “Adite-se ao Projeto de Lei em epígrafe o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. 2º O Poder Executivo fará a aquisição do passe livre estudantil junto aos operadores dos sistemas de transporte no mês anterior ao daquele em que os passes serão usados”.

A Emenda Aditiva nº 2, de autoria de vários Parlamentares, diz: “Adite-se ao Projeto de Lei em epígrafe o seguinte artigo, renumerando-se os demais:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	51

Art. 2º A Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. 21-A. As gratuidades previstas no art. 57 da Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, serão custeadas integralmente pelo Distrito Federal, em créditos adquiridos previamente e transferidos aos cartões dos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo único. O controle do quantitativo dos beneficiários previstos neste artigo será efetuado pelo Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTrans, que emitirá mensalmente demonstrativos com os valores discriminados por operador do Serviço Básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal”.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a emenda fruto do acordo de todos os Parlamentares desta Casa.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é favorável tanto à Emenda Aditiva nº 1, quanto à Emenda Aditiva nº 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Esta Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Sr. Presidente, também somos pela admissibilidade das Emendas Aditivas nºs 1 e 2, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, o PPA e a LOA.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	52

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença dos membros do DCE do CEUB que vieram acompanhar a votação.

Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade das Emendas Aditivas nºs 1 e 2.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	53

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.245, de 2009, que “altera dispositivos da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Pergunto ao Plenário se podemos votar alguns projetos de decreto legislativo do Deputado Rôney Nemer que concedem título de Cidadão Honorário de Brasília. Há consenso? (Pausa.)

Sim. Então passemos à votação em bloco.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Itens extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Sergio Luiz Pereira Sousa”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Silvano Jader de Amorim”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Jose Raimundo Laurindo Carvalho”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre João Firmino Galvão Neto”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	54

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Edinaldo Castro da Silva”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Godwim Nnaemeka Uchego”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2009, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Ulhôa Fonseca”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorário de Brasília à Sra. Maria Antônia Barbosa Chagas”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Lima Madeira”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Jozélia Praça de Medeiros”.

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Carlos Tanezini”.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Carlos Tanezini”; e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Lima Madeira”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade dos referidos projetos.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	55

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Carlos Tanezini”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Lima Madeira”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Sérgio Luiz Pereira Sousa”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Silvano Jader de Amorim”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Raimundo Laurindo Carvalho”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre João Firmino Galvão Neto”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Edinaldo Castro da Silva”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Godwim Nnaemeka Uchego”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2009, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Ulhôa Fonseca”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Maria Antônia Barbosa Chagas”; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Jozélia Praça de Medeiros”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade dos referidos projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	56

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe, e 1 abstenção, do Deputado Chico Leite.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 401, de 2009, de autoria de vários Deputados, que “hipoteca votos de pesar pelo falecimento do Pastor Divino Gonçalves dos Santos, Cidadão Honorário de Brasília e presidente da CONEMAD – Convenção das Assembléias de Deus do Distrito Federal e Entorno”.

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 403, de 2009, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “manifesta votos de louvor e parabeniza José Carlos Alves Pereira pelos relevantes serviços prestados no trabalho educativo com crianças e adolescentes do Distrito Federal”.

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.662, de 2009, de autoria do Deputado Rogério Ulysses, que “requer a realização de audiência pública, no Estacionamento 11 do Parque da Cidade Sarah Kubitschek, no dia 6 de agosto de 2009, às 20h, para debater sobre o Projeto de Lei Complementar nº 90/2008 e a Emenda Supressiva nº 04/2008, de diversos Deputados”.

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 402, de 2009, de autoria do Deputado Paulo Tadeu e outros Deputados, que “manifesta repúdio à deposição do Presidente Manuel Zelaya, da República de Honduras”.

Em discussão os PDLs, as moções e o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as proposições permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As proposições estão aprovadas com a presença de 23 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe, e 1 abstenção, do Deputado Chico Leite.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	57

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Sérgio Luiz Pereira Souza”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Silvano Jader de Amorim”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Raimundo Laurindo Carvalho”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 151, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre João Firmino Galvão Neto”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Edinaldo Castro da Silva”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre Godwim Nnaemeka Uchego”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 274, de 2009, de autoria do Deputado Aylton Gomes, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Ulhôa Fonseca”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Maria Antônia Barbosa Chagas”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 202, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Sandra Lima Madeira”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Jozélia Praça de Medeiros”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	58

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2009, de autoria do, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Carlos Tanezini”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensadas as votações.

Os projetos vão à promulgação.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 145 - Suplemento, de 14/08/2009, juntamente com a ata sucinta da 17ª Sessão Extraordinária.)

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 404, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “manifesta votos de louvor e parabeniza o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter sido agraciado por um prêmio pela UNESCO”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 23 Deputados.

Item 17:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.234, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010”.

Não há nenhuma emenda de segundo turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	59

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.234 de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2010”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.237, de 2009, de autoria do Deputado Geraldo Naves, que “torna obrigatória a transcrição de informações nas faturas mensais de energia elétrica sobre prazos, procedimentos e documentações necessárias à solicitação de indenização por parte dos consumidores em caso de prejuízos ocasionados por falha na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	60

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.237, de 2009, de autoria do Deputado Geraldo Naves, que “torna obrigatória a transcrição de informações nas faturas mensais de energia elétrica sobre prazos, procedimentos e documentações necessárias à solicitação de indenização por parte dos consumidores em caso de prejuízos ocasionados por falha na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar todos os assessores que aqui permaneceram e o nosso Presidente Deputado Leonardo Prudente, porque ontem S.Exa. conseguiu avanços fantásticos na nossa relação com uma outra instituição, nossa congênera. Graças a Deus, na conversa, as coisas foram bem resolvidas.

Muito obrigado.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Solicito a V.Exa a votação do Item nº 21, Projeto de Lei nº 808/2008, em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado, se votarmos o projeto de autoria de V.Exa., os outros Deputados também vão querer votar seus projetos.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os projetos em segundo turno vão ser votados?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Se os Deputados permanecerem na sessão, poderemos votar todos eles.

DEPUTADO BRUNELLI – Gostaria de incluir o projeto de minha autoria, o PL nº 827/2008, que trata da segurança alimentar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 21:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	61

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 808, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “torna obrigatório o emplacamento no Distrito Federal dos veículos prestadores de serviço ao Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 808, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “torna obrigatório o emplacamento no Distrito Federal dos veículos prestadores de serviço ao Governo do Distrito Federal e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a votação do Item nº 35, em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 22:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	62

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 827, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe a obrigatoriedade de o Poder Executivo fornecer a dieta alimentar pós-internação de pacientes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal nas condições que especifica e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 827, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe a obrigatoriedade de o Poder Executivo fornecer a dieta alimentar pós-internação de pacientes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal nas condições que especifica e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.207, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas, proibindo a venda a menores de dezesseis anos de bilhetes lotéricos e equivalentes e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	63

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.207, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas, proibindo a venda a menores de dezesseis anos de bilhetes lotéricos e equivalentes e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito que o Item nº 34 seja incluído na pauta de votação. Trata-se do Projeto de Lei nº 856, em 2º turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 882, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a inclusão das festividades que especifica no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	64

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 882, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a inclusão das festividades que especifica no calendário oficial de eventos do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já não há mais *quorum* para votarmos os projetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu tenho de dar parecer no projeto do Deputado Dr. Charles.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item nº 35:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 250, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “denomina as praças na Região Administrativa de Taguatinga – RA III que especifica”.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 250, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “denomina as praças na Região Administrativa de Taguatinga – RA III que especifica”.

Sr. Presidente, o referido projeto recebeu uma emenda do próprio autor, portanto somos pela admissibilidade do projeto, bem como da Emenda Aditiva nº 1, de autoria do próprio autor.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	65

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Deputado Rôney Nemer que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 250, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “denomina as praças na Região Administrativa de Taguatinga – RA III que especifica”.

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade, contemplando a emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados, em primeiro turno.

Item nº 37:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.209, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir em toda e qualquer propaganda do Governo do Distrito Federal a logomarca do Hemocentro de Brasília, bem como a expressão Doe Sangue”.

Designo o Deputado Batista das Cooperativas para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei nº 1.209, de 2009, de autoria do Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	66

Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir em toda e qualquer propaganda do Governo do Distrito Federal a logomarca do Hemocentro de Brasília, bem como a expressão Doe Sangue”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Designo o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.209, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de incluir em toda e qualquer propaganda do Governo do Distrito Federal a logomarca do Hemocentro de Brasília, bem como a expressão Doe Sangue”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer segue o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
30 06 2009	22h50min	17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	67

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 34:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 856, de 2003, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de TV nos estabelecimentos prisionais do DF e dá outras providências”.

Designo o Deputado Rôney Nemer para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rôney Nemer, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 856, de 2003, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de circuito interno de TV nos estabelecimentos prisionais do DF e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos projetos em segundo turno.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 2h34min.)